



## PARECER Nº 097/2019- MPC/RR

*Processo nº 002732/2018*

*Assunto: Registro de Ato de Concessão de Pensão por Morte*

*Órgão: Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER*

*Responsável: Carlos Alexandre Praia Rodrigues de Carvalho – Presidente do IPER*

*Conselheiro Relator: Célio Rodrigues Wanderley*

*Interessada: Sergina da Silva*

*Baltazar Silva Pereira*

*Riverton Sadraque Silva Pereira*

*Everton Silva Pereira*

*Jó Silva Pereira*

*Sergilene Silva Pereira*

**EMENTA** – ATO DE CONCESSÃO DE PENSÃO POR MORTE. ASPECTOS FORMAIS E LEGAIS ATENDIDOS .PELO REGISTRO.

Tratam os presentes autos de apreciação e exame de legalidade, para fins de registro, do ato de concessão do benefício de pensão por morte, na **Modalidade Vitalícia**, em favor da senhora **Sergina da Silva**, e de **Pensão Temporária** aos menores **Baltazar Silva Pereira, Riverton Sandraque Silva Pereira, Everton Silva Pereira, Jó Silva Pereira e Sergilene Silva Pereira**, respectivamente viúva e filhos do ex-servidor **Rivelino Pereira de Souza**, Professor da Educação Básica – Classe A, Padrão I, Matrícula nº 50001750, do quadro de pessoal do Estado de Roraima e falecido em 20/08/2017.

A relatoria do presente feito coube ao Conselheiro Célio Rodrigues Wanderley.

Após instrução, os autos foram encaminhados ao Ministério Público de Contas para a necessária e conclusiva manifestação.

### **É o breve o relato.**

O inciso III do art. 71 da Constituição Federal reza que compete ao Tribunal de Contas da União apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de concessão de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem



o fundamento legal do ato concessório. Em razão do disposto no art. 75 do referido estatuto, a competência para apreciação dos atos de concessão de pensão por morte no âmbito estadual recai sobre as respectivas Corte de Contas Estaduais. No âmbito dessa Casa, a regulamentação do comando constitucional encontra-se contida no art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

A equipe técnica, após desenvolver suas atividades, concluiu pelo registro (ep. 0193944). A Controladoria Geral de Contas Públicas – COGEC - em seu Parecer Conclusivo (ep. 0195556), manteve o mesmo posicionamento.

Analisando os autos, não há dúvida quanto à presença dos requisitos formais e legais necessários para a concessão do benefício previdenciário *sub examine*, merecendo o seu registro ser aceito nos anais da Administração.

Destarte, este órgão ministerial, em consonância com o posicionamento da equipe técnica do TCERR, conclui pela legalidade do ato da concessão de pensão por morte e opina pelo seu registro.

**Ante o exposto**, este *órgão ministerial* opina pelo registro do ato de concessão de pensão por morte, na **Modalidade Vitalícia**, em favor da senhora **Sergina da Silva**, e de **Pensão Temporária** aos menores **Baltazar Silva Pereira, Riverton Sandraque Silva Pereira, Everton Silva Pereira, Jó Silva Pereira e Sergilene Silva Pereira**, respectivamente esposa e filhos do ex-servidor **Rivelino Pereira de Souza**, com base nos arts.71, III e 75 da Constituição Federal, art. 42, inciso II, da lei complementar 006/94, art. 278 e seguintes do RITCE/RR, IN-TCE/RR 002/97 e IN-TCE/RR 002/15.

É o parecer.

Boa Vista, 26 de março de 2019.

*Bismarck Dias de Azevedo*  
**Procurador de Contas**